



Prefeitura Municipal de Morretes

ESTADO DO PARANÁ

LEI MUNICIPAL N.º 590/2020

“Autoriza a abertura de crédito suplementar por excesso de arrecadação ao orçamento geral do Município de Morretes na importância de R\$ 11.220,00 (onze mil duzentos e vinte reais), conforme disposição dos artigos 40 e seguintes da Lei Federal n.º 4.320 de 17.03.1964 e dá outras providências”.

(Iniciativa de Projeto de Lei n.º 2.202/2020 – Iniciativa do Poder Executivo Municipal – Prefeito Osmair Costa Coelho)

A Câmara Municipal de Morretes, Estado do Paraná, APROVOU e eu, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de minhas atribuições legais, especialmente, com fulcro no disposto no artigo 69, inciso IV da Lei Orgânica, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º. Esta lei autoriza o Poder Executivo a Abrir Crédito Suplementar por excesso de arrecadação financeiro no Orçamento Geral do Município de Morretes, Estado do Paraná, no valor de R\$ 11.220,00 (onze mil duzentos e vinte reais) nas rubricas abaixo relacionadas:

10.000.00.000.0000.0.000.	SECR. MUN. DE MEIO AMB. TUR. E CULTURA	
10.001.00.000.0000.0.000.	GAB. SEC. DE MEIO AMB. TUR. E CULTURA	
10.001.18.122.0013.2.033.	MANUT DE SEC DA INFRAESTRUTURA	
914 – 3.3.90.39.00.00 1005	OUTROS SERV. DE TERC. PJ	R\$ 11.220,00

TOTAL: R\$ 11.220,00

Art. 2º. Os recursos para atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, são provenientes de Excesso de Arrecadação, conforme o art. 43, § 1º, II da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, conforme o seguinte:

Receita

Receita: 1.7.2.8.99.11.02.00000000	Fonte: 1005	11.220,00
TOTAL DA RECEITA:		11.220,00

Art. 3º. O valor indicado como crédito suplementar por excesso de arrecadação financeiro acima será acrescido na programação financeira e no cronograma de execução mensal de desembolso para o atual exercício financeiro.

Art. 4º. Com base nas alterações desta Lei, fica autorizada a compatibilização dos planos orçamentários PPA, LDO e LOA para o presente exercício.



Prefeitura Municipal de Morretes

ESTADO DO PARANÁ

Art. 5º. A vigência do crédito autorizado, conforme o art. 1º será de acordo com o determina o § 2º, do art. 167 da Constituição Federal de 1988.

Art. 6º. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, em 04 de junho de 2020.


OSMAIR COSTA COELHO
PREFEITO DE MORRETES